



ARTIGO

## **ELITES POLÍTICAS CAPIXABAS NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

*Ueber José de Oliveira*

*Doutor em Ciência Política (Ufscar); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPghis-Ufes) e Professor Adjunto do Departamento de Educação e Ciências Humanas (Ceunes/Ufes).*



## Resumo

O presente trabalho tem como propósito compreender aspectos da política capixaba durante a Primeira República (1889-1930), com especial atenção para a década de 1910, contexto de criação do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e seus significados políticos, com vistas a reconhecer os principais grupos sociais hegemônicos, à luz da análise acerca da inserção do estado do Espírito Santo no contexto do federalismo brasileiro, tendo como pano de fundo os dilemas constitutivos da formação e desenvolvimento do Estado nacional, considerando o embate entre centralização versus descentralização.

**Palavras-chave:** Política; Primeira República; Elites regionais.

Com a efetiva destruição dos institutos que davam sustentação ao império brasileiro (1822-1889) – em especial o trabalho escravo –, o conflito centralização versus descentralização do poder se acentuaria, doravante materializado nas reivindicações federativas. Assim, é nesse contexto, de advento da República, que se consubstancia a hegemonia de determinadas frações de elites regionais, especialmente aquelas ligadas ao café, em detrimento do centralismo político do Império, destronado em 1889. Nesse sentido, endossamos as considerações de Fernando Abrúcio (1998, p. 34) segundo o qual,

[...] a partir deste momento histórico, as máquinas políticas estaduais serão peças fundamentais no tabuleiro político do país. E nesse tabuleiro, a obtenção do cargo de governador podia

## Abstract

The present work aims to understand aspects of Capixaba politics during the First Republic (1889-1930), with special attention to the 1910s, the creation of the Historical Geographical Institute of Espírito Santo (IHGES) and its political meanings, with a view to recognize the main hegemonic social groups in the light of the analysis of the insertion of the state of the Espírito Santo in the context of Brazilian federalism, taking into account the dilemmas that constituted the formation and development of the national state, considering the clash between centralization and decentralization.

**Keywords:** Policy; First Republic; Regional elites.

realmente consistir num verdadeiro xeque-mate nos adversários [...].

Como é sabido, os primeiros anos da República brasileira foram marcados por profunda instabilidade política e institucional. Registrou-se conflitos armados – como a Guerra de Canudos, as Revoltas da Armada, a Revolução Federalista –, revoltas populares de diferentes naturezas e matizes, greves, motins e levantes, que acabaram por dar o tom na fase inicial (CARVALHO, 1987), agravados pela grave crise financeira que se abateu sobre o país, ocasionada pela política econômica denominada Encilhamento, adotada pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa.

Toda essa ordem de coisas descrita acima nos faz endossar as palavras de José Murilo de Carvalho (1987), para o qual, sem nenhum exage-

ro, o Brasil passou, nesses primeiros anos de novo regime, a fase mais turbulenta de sua história.

E no Espírito Santo, o cenário não foi diferente. Mesmo passado o período de maior turbulência no plano nacional, e mesmo depois de consolidada a Política dos Governadores<sup>1</sup> de Campos Salles, pacto baseado no poder dos Coronéis<sup>2</sup>, e da promulgação da Constituição de 1891, se sucederam, no Espírito Santo nada menos que deztoito presidentes de Estado, sendo que somente entre 1889 e 1892 foram seis diferentes mandatários<sup>3</sup>.

Em termos partidários, segundo SILVA (1995) e SUETH (2006): a Primeira República pode

1 Em linhas gerais, a Política dos Governadores pode ser definida da seguinte forma, segundo Abrúcio (1998): a) os governadores de estado eram os atores mais importantes do sistema político, seja no âmbito nacional, seja no âmbito estadual; b) A constituição do poder nacional, por meio de eleições presidenciais passava por um acordo entre os principais estados da federação, especialmente São Paulo e Minas Gerais, mais especificamente pelos governadores desses estados. Para maiores esclarecimentos, ver: ABRÚCIO, Fernando. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998 pag. 35-41; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. RESENDE, Maria Efigenia Lage de. *O processo Político na Primeira república e o Liberalismo Oligárquico*, in: FERREIRA, Jorge e outros. *O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Entre outros.

2 Sobre a importância dos coronéis no pacto de poder da chamada República Velha, ver: LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

3 Foram os seguintes: além de Afonso Claudio (22/11/1889 a 07/01/1890); José Horácio da Costa (22/11/1889 a 07/01/1890); Constante Gomes Sodré (09/09/1890 a 20/11/1890); Henrique Coutinho (20/11/1890 a 11/03/1891); Antônio Aguirre (11/03/1890 a 07/06/1891); Barão de Monjardim (07/06/1891 a 08/12/1891).

ser dividido em 4 etapas: a) a situação em 1891, marcada pelo predomínio inicial de dois partidos políticos: o Partido da União Republicana Espírito-Santense (reunia interesses agrofundiários) e o Republicano Construtor (PRC) (reunia interesses mercantis-exportadores), ambos fundados após grave racha verificado no Congresso Republicano, ocorrido em Vitória no dia 23 de maio de 1890, que, por ocasião de várias divergências, terminou com a formação das duas agremiações: a primeira comandada por Barão de Monjardim e Aristides Freire – respectivamente ex-chefes dos Partidos Liberal e Conservador do período imperial – aos quais vieram se juntar por ocasião de divergência após o Congresso, Antônio Aguirre e Bernardo Horta; e a segunda com o Governador Afonso Claudio e Moniz Freire, eleito para comandar o Estado a partir de 1892.

Do ponto de vista político-partidário, importante destacar os mandatos de dois dos deztoito Presidentes de Estado do período da Primeira República – José de Mello Carvalho Moniz Freire (1892/1896 e 1900-1904) e de Jerônimo de Souza Monteiro (1908/1912).

Moniz Freire, eleito em duas oportunidades (1892-96 e 1900-04), entre outras coisas, desenhou um projeto político e econômico mais abrangente para o Espírito Santo, esboçado ainda durante a curta gestão Afonso Claudio (22/11/1889 a 07/01/1890), seu antecessor. Tal projeto se baseava na afirmação da centralidade da cidade e do porto de Vitória como *locus* do desenvolvimento econômico capixaba, na abertura de estradas de ferro para o interior e para Minas Gerais, no desenvolvimento da cafeicultura, da imigração e da pequena propriedade.

Moniz Freire<sup>4</sup> (1892/1896) chegou ao poder representando a hegemonia das oligarquias mercantis-exportadoras, reunidas no Partido Republicano Construtor (PRC) e foi um dos primeiros a perceber a necessidade de desenvolver economicamente o Estado do Espírito Santo na perspectiva de torná-lo menos frágil economicamente e menos dependente dos recursos provenientes da esfera nacional.

Antes de prosseguir, faz-se necessário uma ressalva: os dois principais grupos de interesse do Espírito Santo do período – agrofundiários e mercantis-exportadores – eram ligados à economia cafeeira. O que os diferenciava é que os primeiros se localizavam naquilo que poderíamos chamar de zona de conforto, isto é, sentiam-se satisfeitos com a estrutura econômica do Estado, especialmente quanto ao fato de parte significativa do café capixaba ser exportado pelo Estado do Rio de Janeiro. Já o setor mercantil-exportador, além de produzir o café, almejava ampliar a capacidade logística do Estado com vistas a colher mais dividendos da produção cafeeira, como tributos e outras atividades acessórias.

Deste modo, ao se tornar Governador em 1892, o grande objetivo de Moniz Freire era construir um centro populoso como principal passo para o desenvolvimento do Estado, sendo que

isso ocorreria por meio do aumento da atividade comercial o que na época, segundo Sueth & Franco (2005), ocorria em várias importantes cidades, tais como Paris, Nova York, Londres, entre outras. Essa iniciativa visava, acima de tudo, centralizar a arrecadação e exportações pelo Porto de Vitória para evitar que parte considerável da renda estadual continuasse a ser apropriada pelo Rio de Janeiro. Tal como salienta Campos Jr. (1996, p. 149),

[...] a proposta de Moniz Freire voltava-se para tornar Vitória o grande centro comercial do Estado e, quiçá, levá-la a exercer também alguma polarização sobre regiões mineiras. Concentrar o comércio era a meta [...].

Com vistas a atingir tal objetivo, Moniz se concentrou em três ações consideradas por ele como indispensáveis: a) investir na infraestrutura do Espírito Santo para facilitar o escoamento interno da produção cafeeira, por meio da edificação de ferrovias, especialmente uma que ligasse a região sul à Vitória, para centralizar o comércio capixaba junto ao porto da capital; a intenção era tornar a capital capixaba entreposto comercial de cunho regional; b) estimular a imigração para aumentar a população do Espírito Santo e oferecer mais braços à lavoura cafeeira – principalmente à grande propriedade –, que se ressentia da falta de mão de obra desde o término da escravidão; c) implementar a modernização estrutural de capital capixaba por meio da formulação de políticas de aterramento de áreas à época consideradas insalubres, construção de estradas, melhorias no porto de Vitória e construção de uma rede regular de água encanada e esgoto (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011a).

4 Nascido em Vitória em 13 de julho de 1861, começou sua carreira política muito cedo na Câmara Municipal de Vitória e foi Deputado Provincial durante a década de 1880, também se destacando como hábil orador e dono de uma boa capacidade de escrita, demonstrando, desde cedo, uma grande tendência para o jornalismo e para a política. Coursou direito juntamente com Afonso Claudio, primeiro no Recife e depois transferindo-se para São Paulo, entre os anos de 1877 e 1881.

Moniz Freire efetivamente levou a cabo várias dessas ações. Em relação à política migratória, logo no início do governo firmou contrato com o italiano Domenico Giffoni para introduzir 20 mil imigrantes no Estado no período de três anos, preferencialmente italianos. Em seguida, em 1892, regulamentou as normas do serviço de imigração que, em tese, significava algumas facilidades para os estrangeiros que viessem para as terras capixabas (RIBEIRO 2008; VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011a).

No que tange à modernização estrutural e urbana da região de Vitória foram importantes as ações voltadas para a regularização e o abastecimento de água e canalização de esgoto, além de inúmeras outras ações direcionadas para a resolução de problemas de insalubridade que marcavam a cidade de Vitória (RIBEIRO 2008; VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011a).

No aspecto urbanístico, o projeto mais audacioso foi o Novo Arrabalde, que foi confiado ao renomado engenheiro Saturnino de Brito<sup>5</sup>. Compreendia a construção de um novo bairro para abrigar a elite que, na visão de Freire, se formaria a partir das atividades econômicas relacionadas ao comércio do café, uma vez que Vitória, limitada de um lado pelo mar e do outro pelas encostas, não oferecia mais a possibilidade de

5 Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (Campos, 1864 - Pelotas, 1929) foi um dos mais importantes engenheiros sanitaristas brasileiros. Nascido em Campos dos Goytacazes, formou-se em engenharia civil no ano de 1887, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Saturnino de Brito teve papel de destaque pela racionalidade técnica e econômica que dava aos seus projetos. Assim, tornou-se responsável por projetos urbanísticos para as principais cidades brasileiras como Santos, Vitória, Petrópolis, entre outras.

crescimento<sup>6</sup>.

Mas foram nas questões de infraestrutura de transportes que foram enraizadas as principais marcas do Governo de Moniz Freire. A ideia inovadora partia da construção de malha logística – rodoviária e ferroviária – que imputasse outra racionalidade econômica ao transporte e que impulsionasse a comunicação entre as diversas regiões do Estado. Essa malha de comunicação e de transporte que seria a grande responsável por fazer convergir para Vitória o comércio do café e as atividades a ele ligadas, tornando-se um grande centro populoso e comercial.

Moniz chegou a inaugurar o trecho inicial da Ferrovia Sul do Espírito Santo no dia 13 de junho de 1895, um traçado de cerca de 20 km de Vitória à Estação do Município de Viana<sup>7</sup>. Todavia, a crise do café, verificada ao término do seu primeiro mandato e a pouca autonomia do Espírito Santo em termos políticos e econômicos, impediu a continuidade de planos tão esperançosos e veio a determinar o fracasso relativo de suas pretensões para o Estado. Devido aos mesmos fatores, não foi possível perseguir tal objetivo com o mesmo afincamento no seu segundo mandato, que ocorrera entre os anos de 1900-1904 (VASCONCELLOS, 1995).

Sobre a questão do desequilíbrio no tratamento entre os Estados, o próprio Moniz Freire é

6 No lugar onde foi projetado e parcialmente construído o Novo Arrabalde, localiza-se atualmente o Bairro da Praia do Canto, região norte da Ilha de Vitória, hoje, a região mais nobre, que, com a decadência do antigo centro, tornou-se também a região mais dinâmica da capital capixaba.

7 O Município de Viana faz parte, atualmente, da Região Metropolitana da Grande Vitória, ao lado da capital, Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Fundão e Guarapari.

enfático ao se queixar da falta de autonomia do Estado Capixaba:

[...] Não poderia o nosso estado, pequeno e exausto como se acha, pretender presentemente tomar nenhuma iniciativa no sentido de forçar uma deliberação eficaz sobre esses assuntos; por mais que a sua sorte esteja aí envolvida, a sua posição não pode ser senão de passividade resignada [...]<sup>8</sup>.

Apesar do fracasso relativo, Villaschi, Felipe & Oliveira (2011a; p. 41) fornecem a conclusão com a qual podemos finalizar a nossa explanação sobre Moniz Freire:

[...] o legado de Muniz Freire para o [...] Espírito Santo já estava determinado: graças a ele, começou-se a estabelecer o intercâmbio comercial mais intenso com regiões vizinhas. Nesse sentido, eram claros os sinais de uma nova base para o desenvolvimento capixaba. É possível dizer que todos os processos posteriores de dotação de uma infraestrutura logística no Espírito Santo, com o discurso de que o estado precisava dinamizar suas vantagens locais naturais, são um aprofundamento e derivam daquela visão defendida por Moniz no final do século XIX [...].

A crise econômica que se abateu sobre o Brasil e sobre Espírito Santo no início da Primeira República só terminou no final da primeira década

do século XX. Essas circunstâncias coincidem com a chegada ao poder de Jerônimo Monteiro (1908-1912), que ascendeu ao poder pelo PRES, nitidamente vinculado aos interesses agrofundiários dos fazendeiros do Sul do Estado, expressas nas suas mensagens e discursos, nos quais expunha o interesse em desenvolver a economia daquela região, com o objetivo de aproveitar a matéria-prima fornecida pelos fazendeiros de café (SUETH & FRANCO, 2005).

Na visão do governo Jerônimo Monteiro, membro da oligarquia rural cafeeira do sul do Estado, as medidas visando à diversificação da economia das imediações de Cachoeiro de Itapemirim eram necessárias porque a região estava em crise, após a cultura cafeeira intensiva de quase um século e, nesse sentido, a tentativa de avanço industrial também “vinha favorecer a lavoura” (ALMEIDA, 2010).

A economia capixaba, nesse momento ainda exclusivamente agrícola, era extremamente vulnerável ante as oscilações dos preços do seu quase exclusivo produto, o café. Visando a transformar essa realidade, o Governo Jerônimo Monteiro assinou numerosos contratos para a construção de fábricas. A ideia foi investir principalmente na criação da Companhia Industrial do Espírito Santo, empresa holding que abrigava inúmeros estabelecimentos industriais instalados, de modo especial em Cachoeiro de Itapemirim, que compreendiam: uma fábrica de tecidos para aproveitamento de fibras têxteis (Tecida); uma indústria de açúcar no baixo Vale do Itapemirim; fábrica de papel; fábrica de óleo vegetal; serraria industrial; e a Usina Hidrelétrica do Rio Fruteiras (VASCONCELLOS, 1995).

Apesar de tais empreendimentos supera-

rem, e muito, as possibilidades financeiras do Estado, o que levou a um novo e grande endividamento do setor público, fica evidente, a partir do descrito acima, que, por um lado, as coalizões de possibilidades podem ser equivocadas e, por outro, que diferentes setores da elite capixaba, seja com Moniz ou com Jerônimo, produziram projetos para o Espírito Santo, apesar da quase inevitável vinculação com a produção cafeeira – tanto os setores mercantis-exportadores quanto os agrofundiários. Nesse sentido, e considerando os erros e acertos, avanços e retrocessos de ambos os presidentes, eles se destacaram na história política e econômica do Espírito Santo, como os primeiros a buscarem a implementação de ações cujos objetivos eram transformar e modernizar a limitada estrutura econômica capixaba.

No caso específico de Jerônimo Monteiro, outro grande legado foi o de inaugurar um segmento oligárquico<sup>9</sup> que se perpetuaria no comando direto do Estado durante todo o restante da Primeira República e na atuação direta nos espaços de poder até pelo menos a década de 1960. A partir deste momento, a oligarquia Monteiro passou a dominar a política local, mesmo com as divergências entre os irmãos Bernardino e Jerônimo, passando a ter forte influência sobre a máquina eleitoral até o final da Primeira República. Em outras palavras, de 1908 a 1930, os candida-

tos indicados para ocupar a presidência estadual eram escolhidos ou dependiam do beneplácito dos Monteiros, pelo menos de um deles. Em termos político-partidários, o Partido Republicano Espírito-Santense dominou a cena política no Espírito Santo até 1930, considerando a existência de facções no seu interior.

### Os significados políticos da criação do IHGES

O período de governo de Jerônimo Monteiro, principalmente por conta dos investimentos realizados em várias áreas, foi marcado também por grande otimismo e entusiasmo. O Estado, que até o início do século XX era considerado um fardo para o conjunto da federação, experimentava momentos de grande prosperidade e otimismo.

Quando tratamos de relações de poder de qualquer natureza é inevitável aludir acerca da forte relação entre Estado e seus agentes, dos dispositivos irradiadores de cultura. Qualquer poder constituído que busca se auto legitimar perante a malha social, é fundamental fortes investimentos nesses dispositivos. E não foi diferente com Jerônimo Monteiro. Não por acaso, investiu fortemente em educação. O próprio ideário republicano colocava a educação como condição sine qua non para o progresso e, a partir da condução de Carlos Alberto Gomes Cardin, paulista que chegou ao Estado em 1908, Monteiro implementou arrojada reforma educacional nos ensinos primário e secundário, tendo como referência o modelo de educação paulista e São Paulo, que naquele momento era considerado o

8 ESPÍRITO SANTO. Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1ª sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 28 de setembro de 1901*. Vitória: Papelaria e Tipografia Nelson Costa & Comp., 1902. p. 12.

9 A partir de então, um dos dois, Jerônimo ou Bernardino, dominariam o clã, mas disputavam em lados opostos. Após o Governo de Jerônimo Monteiro foram os seguintes os presidentes do Estado do Espírito Santo: Marcondes A. de Aguiar (23/04/1912 a 23/04/1916) (tio de Jerônimo); Bernardino Monteiro (23/04/1916 a 23/04/1920) (irmão de Jerônimo); Nestor Gomes (23/04/1920 a 23/04/1924); Florentino Avidos (23/04/1924 a 30/06/1928) (cunhado de Jerônimo); Aristeu Borges de Aguiar (30/06/1928 a 16/10/1930).



principal lócus irradiador do próprio progresso (SIMÕES & SALIN, 2012).

A atenção dada a esses dispositivos irradiadores de cultura não se limitou aos vultosos investimentos em educação. O entusiasmo e otimismo supramencionados produziram um ambiente propício para firmar certas identidades. Tendo como pano de fundo a ideia segundo a qual o passado é um instrumento por meio do qual as pessoas ou grupos procuram legitimar determinadas visões de mundo ocorreu também durante o Governo Jerônimo Monteiro a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

Tal agremiação, criada no ano de 1916, ocorreu no contexto em que se procurava consagrar os heróis capixabas, que, no caso do Espírito Santo, adotou Domingos José Martins, escolhido como modelo de mártir. Além do fato de ter nascido no Espírito Santo e ter se notabilizado enquanto líder da Revolução Pernambucana de 1817, no ano seguinte à criação do IHGES, 1917, ocorreriam as comemorações do centenário de sua morte, sendo, portanto, personalidade e data mais que oportuna!

Conforme assevera Neves (2003), o IHGES foi concebido no mesmo figurino dos demais Brasil a fora:

[...] sob os auspícios estatais e reunindo em seus quadros a elite dirigente local, composta por representantes do Governo do Estado, a quase totalidade dos desembargadores da Corte estadual, militares, clérigos, professores e profissionais liberais.

Assim, completa Neves (2003, p. 21), a Casa fora criada na perspectiva da

[...] criação e conservação de uma história local que à altura destinava-se à valorização da expressão de individualidade capixaba frente à nacional, de uma forma geral, e às vizinhas identidades estaduais, em particular [...].

Importante salientar a participação de eminentes membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Várias personalidades que despontam como fundadores do Instituto foram procuradores gerais ao longo de suas carreiras, com participação ativa na vida pública capixaba do período, muitos dos quais com fortes ligações com a oligarquia dos Souza Monteiro, a exemplo de Aristóteles da Silva Santos, Carlos Gomes Sá, Carlos Xavier Paes de Barreto, José Bernardino Alves Junior, José Espíndula Batallha Ribeiro, José Rodrigues Sette, Manoel Lopes Pimenta, entre outros.

Além das personalidades mencionadas acima, outras várias figuras de peso despontam como fundadoras do IHGES, tais como Adolfo Fernandes Ribeiro de Oliveira, Almeida Cousin, Antônio Auñon Sierra, Antônio Francisco de Ataíde, Arnulfo Martins de Matos, Arquimimo Martins de Matos, Artur Lourenço de Araújo Primo, Carlos Madeira, João Lordello dos Santos Souza, João Manoel de Carvalho, Luiz Fraga, Mário Aristides Freira e Padre Elias Tommasi.

A participação de personalidades com essa envergadura na formação do Instituto atesta a afirmação feita por Achiamé (2010) quando analisou a importância do IHGES para a legitimação do poder, seja ele qual for. Assim afirma o autor: “O Instituto Histórico precisava do governo para a sua manutenção, mas o governo precisava do Instituto para se legitimar no poder”.

### A Revolta de Xandoca (1916): ameaça à Oligarquia dos Souza Monteiro

O Governo de Marcondes Alves de Souza, sucessor de Jerônimo Monteiro, findou-se em 1916, ano extremamente conturbado no Estado do Espírito Santo. Foi nele que ocorreu a única ameaça à hegemonia da oligarquia dos Souza Monteiro no período da Primeira República: a Revolta de Xandoca.

A política capixaba naquele ano se dividiu entre os partidários de José Gomes Pinheiro Junior, ex-membro do Partido Republicano Construtor (PRC) e naquele momento filiado ao Partido Liberal, fundado por Rui Barbosa, de um lado, e Bernardino Monteiro, de outro.

O problema começou com a própria indicação de Bernardino Monteiro, irmão de Jerônimo, como candidato à Presidência do Estado. A situação econômica do Espírito Santo era muito difícil, razão pela qual eminentes personalidades, a exemplo de importantes aliados dos Souza Monteiro, tentaram vetar a candidatura de Bernardino. Entre tais personalidade se destacam, entre outros, o senador João Luís Alves, os deputados federais Paulo de Melo e Dioclécio Borges, além do então vice-presidente do estado, Alexandre Calmon, vulgo Xandoca, que engrossaram fileiras do grupo que já haviam passado para a oposição em 1912, quando da indicação do próprio Marcondes de Souza, que sucedera Jerônimo. Desse grupo faziam parte figuras tais como Torquato Moreira e Thiers Veloso.

Esse agrupamento tinha a pretensão de evitar a cristalização de uma oligarquia familiar no poder, no caso os Souza Monteiro. Chegaram a obter apoio do Presidente da República naquele

contexto, Venceslau Brás (1914-1918) para esse intento. Todavia, os Monteiro não recuaram quanto à candidatura de Bernardino.

Diante do impasse, foi composta uma chapa de oposição. Encabeçando-a aparecia Pinheiro Júnior, liderança de Cacheiro do Itapemirim, tendo como vice Alexandre Calmon, de Linhares, com sede na então Vila de Colatina, desde 1906. A eleição deu vitória a Bernardino. Todavia, como as eleições ocorriam por meio do chamado bico de pena em que os resultados, fraudados em grande parte, eram decididos pelas elites políticas locais detentoras do poder, a oposição não aceitou o resultado e se auto intitulou também vencedora, instalando o Governo na Vila de Colatina. Já a força situacionista empossou Bernardino em Vitória.

A luta política com recurso à violência policial e de forças privadas de coronéis incendiou o estado. Tiroteios impediram as manifestações da oposição na capital. Centenas de pessoas se refugiaram em Minas Gerais e no estado do Rio de Janeiro (CHEQUER, 2012).

A divergência fez com que a demanda chegasse ao Congresso Nacional, travando-se uma intensa batalha jurídica, sobre a qual Chequer (2012) argumenta da seguinte maneira:

Sobre o assunto, manifestaram-se Ruy Barbosa, Clovis Beviláqua, Epitácio Pessoa, João Barbalho, Adolpho Gordo, Prudente de Moraes Filho, e outros juristas importantes do País. Enquanto a oposição capixaba se escorava na força do Presidente Wenceslau Braz, a oligarquia Souza Monteiro contava com o apoio do Coronel Francisco Sales, Senador por Minas Gerais, estado que já havia governado e onde presidia

o Partido Republicano Mineiro. Durante muitos anos, Francisco Sales controlou a maioria da bancada federal mineira, a mais numerosa da República Velha. Além disso, fora Ministro da Fazenda do governo Hermes da Fonseca. Esse poderoso coronel, que chegou a ser cogitado, por duas vezes, como candidato à presidência da República, era o maior protetor de Jerônimo Monteiro. Em Minas Sales era o maior adversário de Wenceslau Brás nas disputas entre as facções oligárquicas mineiras.

Desse modo, o pedido de intervenção federal revelou a influência de facções oligárquicas mineiras sobre a política capixaba. Importante registrar ainda que este foi um dos poucos momentos em que ocorreu a união entre os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro. Isto é, apesar das discordâncias, uniram-se contra o mal maior, que seria a perda do domínio político da família.

### Considerações finais: o final da primeira república

Na fase final da Primeira República, especialmente a partir de meados da década de 1920, aflora no seio dos setores médios recém-emergentes da sociedade brasileira em geral, uma série de manifestações contrárias ao modelo político vigente naquele contexto. O discurso liberal pelo voto secreto e pela moralização dos processos eleitorais ganha força e acaba se materializando em movimentos sociais, a exemplo do Tenentismo.

Assim, passa a ser alvo de duras contestações as chamadas eleições por bico de pena em que os resultados eram decididos pelas elites

políticas locais detentoras do poder. Sobre os processos eleitorais da Primeira República, o sobrinho de Jerônimo Monteiro, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, ao qual voltaremos a fazer referência neste trabalho, em um de seus depoimentos afirma que “[...] não havia abstenção. Não havia nada. Faziam o resultado como queriam. Não havia protesto [...]”.<sup>10</sup> De modo geral, as escolhas eleitorais eram fraudadas em proveito do situacionismo político, por meio do voto de cabresto utilizado pelos coronéis que manipulavam os votos dos eleitores de seu curral eleitoral. Dessa forma, os resultados das eleições geralmente eram construídos bem antes da eleição e as escolhas políticas e eleitorais ocorriam no âmbito do partido e competia ao eleitorado, direcionado pelos coronéis, a confirmação da chapa dos candidatos. Elucidativo neste sentido é o depoimento do mesmo Carlos Monteiro Lindenberg em que relata como se dava o controle dos eleitores pelos coronéis no Espírito Santo:

[...] Quando eu tinha uns sete anos para oito anos o meu tio alistava os eleitores da fazenda. Eles eram analfabetos. Para registrar como eleitores tinham que dar uma procuração para meu tio. Então nós, os meninos, eu, Benvindo de Novaes, Moacir, fazíamos o Constituo: “constituo meu bastante procurador o coronel Antonio de Souza Monteiro para efeito de me alistar em Itapemirim”. E a gente assinava o nome do sujeito [...]”.<sup>11</sup>

10 LINDENBERG, Carlos. De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989, p. 28-29.

11 LINDENBERG, Carlos. De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989, p. 28-29.

Do mesmo modo, passa a ser alvo de duras críticas, o domínio dos aparelhos regionais de Estado pelas facções oligárquicas, as quais lutavam entre si pelo controle dos espaços de poder, uma vez que, tal como argumenta Achiamé (2010; p. 90),

[...] o controle desse aparelho dava à facção vencedora uma vantagem extra, pela importância política considerável que possuía a administração pública [...].

Assim, pelo sistema que vigorava na Primeira República, no período eleitoral ou na formação de governos, quem não era correligionário, era automaticamente considerado inimigo, configurando um jogo de soma zero.

Um bom exemplo dessa situação de domínio oligárquico no Espírito Santo é o episódio vivido no começo da carreira política daquele que, mais tarde, se tornaria um dos políticos de maior projeção no cenário estadual. Em 1920, o mesmo Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, na ocasião com apenas 21 anos, foi lançado na disputa para concorrer ao cargo de prefeito de Cachoeiro de Itapemirim contra um político mais experiente, Seabra Muniz, apoiado por Nestor Gomes (que sucederia Bernardino na Presidência do Estado) e genro do outro tio de Lindenberg, Bernardino Monteiro (que naquele momento dominava a política capixaba e era inimigo de seu irmão, Jerônimo).

A candidatura do jovem Carlos Lindenberg tinha a finalidade de a corrente política vinculada a Jerônimo marcar posição no pleito, mesmo que remotas as chances de vitória. E ocorre que

[...] Na véspera da eleição de 1920 apareceu à tarde na Fazenda Monte Líbano um escrivão, cunhado de Marcondes Alves de Souza, ex-presidente do estado. Marcondes era candidato, junto com Seabra Muniz, esse casado com uma filha do presidente de então, Bernardino Monteiro, tio de Nêni [apelido de Carlos Lindenberg]. O escrivão Agostinho Alves dos Santos montava uma mula muito bonita e parecia não ter pressa:

— Seu Agostinho, o senhor por aqui, logo hoje? perguntou Nêni.

— É, vim pernoitar com vocês.

— Mas como, se a eleição é amanhã, você é escrivão lá, como é que fica?

— Não, a eleição já está aí na garupa da mula, explicou o escrivão.

— E eu? insistiu a curiosidade de Nêni.

— Você? Tem meia dúzia de votos.

Apesar da “surra”, Nêni ficou em segundo lugar, ultrapassando o coronel Marcondes [...]. (LINDENBERG, apud ALMEIDA, 2010, p. 117; GURGEL, 2000; p. 52-53; ACHIAMÉ, 2010; p. 95).

Quanto à Primeira República como um todo, convém reiterar as considerações de Fernando Abrúcio (1998, p. 40) que em seu balanço parece concluir de forma acertada os aspectos políticos do período discutido, quando afirma que

[...] no plano das relações federativas, predominava a força dos governadores dos Estados mais ricos da nação, enquanto no plano interno dos estados predominava a figura do governador e de sua máquina política estadual [...].



E o mesmo autor prossegue afirmando que tal realidade levou a três consequências fundamentais, das quais indicamos aquela que consideramos a mais importante para a presente análise: a força adquirida pelo cargo de governador de Estado no Brasil<sup>12</sup>. Isso porque, o poder do go-

12 As outras duas consequências da adoção do modelo de federalismo brasileiro são: 1º) o federalismo brasileiro não conseguiu estabelecer uma relação de interdependência entre a União e os Estados. Havia um desequilíbrio entre os estados mais fortes – especialmente SP e MG e uma União frágil entre eles; 2º) é resultado das outras duas, e seria o fato de o federalismo no Brasil ter surgido de forma dissociada da República. Ou seja, o federalismo da Primeira República foi o reino das oligarquias, do patrimonialismo e da ausência do povo no cenário político. Para maiores esclarecimentos, ver: ABRÚCIO, Fernando. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

vernador surgiu a partir de sua influência sobre a circunscrição eleitoral estadual, de forma oligárquica e acima dos partidos (ABRÚCIO, 1998). Apesar de ter sofrido diversas mudanças ao longo do século XX, continuará sendo um dos elementos fundamentais para o equilíbrio político nacional e, por isso, alvo de cobiça para a qual se direcionarão, em termos políticos, todas as energias das elites locais.

#### Referências

ABRÚCIO, Fernando. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)*. Rio de Janeiro:

Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo*. Ed. Organizada, apresentada e anotada por Estilague Ferreira dos Santos, Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

CAMPOS JR., Carlos Teixeira. *O novo arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHEQUER, Namy. A Revolta de Xandoca. In: Bittencourt, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Claudio M. (Orgs). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2012.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, IHGES, 2003.

RESENDE, Maria Efigenia Lage de. O processo Político na Primeira república e o Liberalismo Oligárquico, in: FERREIRA, Jorge e outros. *O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à primeira grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896)*, 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do

Espírito Santo, Vitória, 2008.

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIN, Maria Alayde Alcântara. A organização de Grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908-1909). *Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES, Vitória, ES*. a. 9, v. 18, n. 35, p. 93-111, jan./jun. 2012.

SUETH, José Cândido Rifan; FRANCO, Sebastião Pimentel. A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas: as administrações Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. *Revista Ágora, Vitória, nº2*, 2005, p. 1 - 31. Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. A invenção do Coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC, 1995.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, Alindo. (Org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011a, v. 1, p. 29-51.

Recebido em: 18.10.2016 - Aprovado em: 05.01.2017

